

## COMISSÃO DE CIDADANIA E REPRODUÇÃO

### **Uma CPI e muita desinformação no caminho da conquista de direitos sexuais e reprodutivos no Brasil**

O mês de fevereiro começa em meio a polêmicas e notícias preocupantes para o campo dos direitos sexuais e reprodutivos. A posse de Barack Obama e suas decisões de início de mandato alcançaram grande repercussão, mas a liberação de financiamento a entidades pró-aborto fora dos Estados Unidos incomodou muita gente, em especial grupos religiosos contra a prática e o Vaticano.

A derrubada da *Global Gag Rule* nos EUA, entre outras medidas, trouxe o debate sobre o aborto de volta às manchetes dos principais jornais e revistas do Brasil - que se viu às voltas com a eleição da presidência do Senado e da Câmara Federal e com a tentativa de instalação de uma CPI sobre o aborto – e do mundo. A CPI, criada em dezembro passado por Arlindo Chinaglia (PT-SP), então presidente da Câmara, tem sido tratada como uma “dor de cabeça” para os novos líderes do Governo e corre em movimento oposto à tendência observada nos países desenvolvidos – ampliação da cidadania reprodutiva das mulheres. O novo presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), vai ter que decidir como se posicionar: ao lado dos direitos das mulheres ou dos grupos conservadores, que, além de exporem mulheres que praticaram abortos inseguros, buscam incidir sobre líderes e organizações que defendem os direitos reprodutivos das mulheres como direitos humanos.

Os abortos realizados no país acontecem por decisão das mulheres, segundo suas escolhas éticas e morais, a partir de suas próprias dimensões humanas - como mostrou reportagem especial com o tema “Aborto – A realidade dos consultórios”, publicada pela revista *VEJA* (28 de janeiro). Para tanto, vêm recebendo o apoio de médicos especialistas. Mas nem sempre é assim: novos casos de aborto no interior do estado de Mato Grosso do Sul foram noticiados testemunhando o risco e as condições precárias a que inúmeras mulheres decididas a interromper uma gravidez acabam se expondo no Brasil. Casos que poderiam ser evitados se a população fosse mais bem orientada sobre seus direitos sexuais e reprodutivos e tivesse acesso irrestrito a informações sobre métodos contraceptivos – incluindo à contracepção de emergência em contextos de maior abertura e diálogo com seus parceiros.

Enquanto se decide os rumos da CPI do aborto, lidamos ainda com a discussão da educação sexual nas escolas. Um artigo intitulado “Terrorismo Sexual”, assinado por Luiz Felipe Pondé e publicado pela *Folha de São Paulo*, ilustra a completa falta de informação e a ignorância sobre o assunto de grande parte da população, inclusive entre aqueles de quem se esperaria um mínimo grau de esclarecimento a respeito da questão. O texto é de uma verborragia ofensiva e repleta de equívocos sobre o que é educação sexual e, ao mesmo tempo, uma prova de que ela é mais do que necessária.